



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14202 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

ESTUDANTES INDÍGENAS NA ESCOLA URBANA: PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL CRÍTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sandra Regina Braz Ayres - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO

Beleni Saléte Grando - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

ESTUDANTES INDÍGENAS NA ESCOLA URBANA: PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL CRÍTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo: O presente texto é resultado de uma pesquisa de doutorado, que delimitou como campo de estudo uma escola urbana de ensino fundamental no município de Colíder (MT), que se configura como um espaço significativo de complexidade étnico-cultural e desafia os educadores por atender um número expressivo de estudantes indígenas pertencentes a diferentes povos: Apiaká, Ikpeng, Kayapó, Panará, Tapayuna, Kayapó/Tapayuna e Panará/Kayapó. O objetivo consistiu em compreender qual formação continuada de professores seria necessária para o reconhecimento e a valorização da presença dos estudantes indígenas nessa escola urbana. A investigação seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa, com enfoque nos princípios da pesquisa participante e a coleta de dados se deu por meio de entrevista. Os dados revelaram um conhecimento restrito e fragmentado dos professores, sobre os povos indígenas matriculados na escola. Conclui-se neste estudo, que a formação necessária para desvelar a matriz colonial e pensar, criar, outras possibilidades na prática pedagógica, deve fundamentar-se na perspectiva da interculturalidade crítica.

Palavras-chave: Estudantes indígenas, escola urbana, interculturalidade crítica, formação de professores.

Introdução

O lócus da pesquisa está localizado no médio norte do Estado de Mato Grosso a 650

km de Cuiabá, resulta de um processo histórico de "limpeza" étnica para a construção de um modelo agrário pautado no latifúndio e no agronegócio. Como parte da política colonial militar da década de 1970, instaura-se no centro oeste brasileiro um contexto significativo de complexidade étnico-cultural e cujo foco foi o apagamento dos povos indígenas e o avanço do sistema agrário, latifundiário e ambiental. Expulsos de seus territórios e levados à morte, os sobreviventes são levados às "reservas" para atender o capital.

Não tendo mais terras indígenas, o município é um território de circulação dos povos que vivem região do entorno do Parque Nacional do Xingu, sendo o espaço urbano o local de acesso às políticas públicas por meio de diversos órgãos. Outro interesse das famílias indígenas é a busca por qualificação profissional por meio da educação no Ensino Superior em faculdades da cidade. Em movimento e permanências transitórias, as crianças e adolescentes em idade escolar são matriculados nas unidades escolares e levam consigo diferenças linguísticas, religiosas e costumes distintos, o que desafia tanto professores quanto estudantes indígenas.

Da pesquisa neste contexto intercultural e interétnico, objetivamos discutir os relatos dos professores entrevistados, e as concepções que expressam ao trazer, como desafio, a presença de diferentes estudantes indígenas na escola, a fim de contribuir com reflexões sobre a necessidade da formação de professores na perspectiva da interculturalidade crítica. Destaca-se a relevância da formação de professores, nesta perspectiva, para atender as demandas dos estudantes indígenas em contextos urbanos, uma realidade cada vez mais cotidiana nos espaços escolares, em muitas regiões de nosso país.

A interculturalidade crítica como princípio pedagógico visa superar o currículo monocultural que promove o silenciamento das diferenças no contexto escolar, e para tal consideramos de extrema importância o diálogo com a formação de professores para transpor as dificuldades de acolher o outro e assegurar-lhe o direito de aprender sobre si e sobre a outra história do Brasil apagada pelo racismo e discriminações de toda natureza.

Refletir sobre esse posicionamento evidencia a superação da mera visibilização dos diversos grupos socioculturais e dos processos de legitimação da inferiorização, construção e consolidação dos estereótipos estigmatizantes que não questionam as relações de poder que impedem, nas interações, construir relações igualitárias que superem a herança colonial perpetuada pela colonialidade (WALSH, 2009). Para a autora, a interculturalidade crítica está profundamente relacionada com a perspectiva decolonial e precisa ser entendida como um projeto político e intelectual capaz de viabilizar a construção de outros modos de poder, saber, ser e viver.

Os referenciais da pesquisa possibilitaram problematizar a relevância da inclusão de outras histórias e culturas indígenas como prescreve a legislação da educação brasileira com a Lei 11.645/2008, (BRASIL, 2008). E, conclui-se que sem o investimento e a desnaturalização da realidade complexa e contraditória homogeneizada pela perspectiva da história única do

colonizador, se perpetua a monocultura os diversos processos de exclusão dos estudantes indígenas e dos corpos não branqueados pela cultura escolar.

A relevância da interculturalidade crítica de Walsh (2009), como prática política, não se limita às esferas políticas, sociais e culturais e se estende às esferas do saber e do ser, agindo contra a exclusão, invisibilização e subalternização ontológica e epistemológica dos grupos e sujeitos racializados. A autora entende o conceito como um processo voltado para a construção de “outros” modos de poder, ser, saber e viver, que assinala a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e as instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que ainda é racial e colonial.

Metodologia

A investigação seguiu os pressupostos da abordagem qualitativa em educação, com enfoque nos princípios da pesquisa participante, pois envolve a ideia de uma relação dialética entre pesquisador e pesquisados com vistas à criação de um ambiente de aprendizagem partilhada capaz de promover reflexões, diálogo, pesquisa, formação, trabalho coletivo, tendo como objetivo a transformação social da realidade, (BRANDÃO; BORGES, 2007). Os sujeitos da pesquisa foram 15 professores e a equipe gestora de uma escola urbana de Ensino Fundamental do município de Colíder (MT). A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizada no final do período letivo de 2020, de acordo com os princípios éticos, com agenda individual e seguindo o protocolo de biossegurança previstos durante a pandemia da covid-19, e aprovados no Parecer do CAAE: 13614419.9.0000.5690, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Análise e discussão de resultados

Com a análise das entrevistas, constatamos uma in(compreensão) manifestada pelos professores em relação à diferença cultural presente na escola, tendo como ponto de partida o conflito vivido pelos professores no primeiro contato com os esses estudantes, manifestado pelo sentimento de medo, espanto, desespero, inexperiência e estranheza ao se deparar com os estudantes indígenas em sala de aula, como é possível observar na fala a seguir: “Eu fiquei apreensiva, fiquei com muito medo de trabalhar e não saber interagir com eles. A princípio, eu fiquei desesperada porque tinha alunos que não entendiam o que eu falava, eu tentava falar mais compassado, mas não sei se eles entendiam, eu entrava em desespero”, (Prof-1).

Esse impacto no primeiro contato é corroborado por outra professora, quando revela: “nossa, foi um choque, porque quando assumi o concurso, cheguei e no outro dia tinha que dar aula, então foi um choque, mas depois a gente vai se adaptando”, (Prof-3). Aqui também vemos expresso a inexperiência de uma professora recém-formada que acabara de assumir o

concurso público e, no outro dia, ao entrar em sala de aula, fica sem saber como conduzir o processo de ensino e aprendizagem diante de tamanha diversidade.

Embora as duas professoras apresentem um esforço pessoal, buscando meios para atender aos estudantes indígenas, a atuação em sala de aula para o reconhecimento da diversidade requer um trabalho mais complexo, com ações que possibilitem a valorização dos diferentes saberes e modos de ser, de falar e de viver de todos que fazem parte da comunidade escolar.

A falta de conhecimento de como lidar com a diversidade presente na escola, acarreta, como consequência, o olhar monocultural na prática pedagógica sofrida pelos estudantes indígenas, a referida prática educativa incorre no erro da homogeneização, por não considerar as diferenças dos povos indígenas matriculados na escola.

Aqui na nossa escola tem um número muito grande de indígena. Nós fizemos um trabalho escrevendo algumas palavras na língua deles e colocava dentro da sala de aula com cartazes na nossa língua para fazer essa relação. Eu me lembro que os alunos entravam e diziam assim para mim: “Ó, está escrito errado.” [...] cada um que entrava e dizia: “Está errado, professora.” “Então como é que é na sua língua? Como é na sua aldeia, na sua etnia, como é?”. “Ah, é assim.”. Então, a gente já começava a colocar as etnias diferenciadas com as palavras deles e a nossa palavra, na nossa língua (Prof-4).

A professora fez uma tentativa para facilitar a comunicação escrevendo algumas palavras indígenas e expondo dentro da sala de aula com cartazes para que os estudantes pudessem fazer a relação com a língua portuguesa. No entanto, a tentativa não deu certo pelo fato de que cada povo escrevia e pronunciava de forma diferente a mesma palavra. É interessante destacar o posicionamento dos próprios estudantes indígenas, advertindo que “está escrito errado”, ensinando que as palavras não têm o mesmo sentido e significado a todos os povos, para a grande surpresa e descoberta dos professores.

A estratégia usada esbarra no olhar monocultural, que situa os estudantes indígenas em um plano existencial único e reforça o estereótipo de um indígena genérico na escola urbana, que impossibilita o reconhecimento das diferenças, colocando-os como pertencentes a uma mesma matriz cosmológica e de vivências com as práticas culturais. Essa é uma ideia equivocada que precisa ser superada, pois “cada um desses povos tem sua forma de expressão, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, que são diferentes de um povo para outro”, (FREIRE, 2004, p. 18).

A necessidade de formação continuada se manifesta na fala dos docentes como uma reivindicação para atender aos estudantes indígenas em suas salas de aula: "Eu vejo sim a importância muito grande de ter essa formação em relação ao ensino e aprendizagem, é para ensinar e aprender, não é apenas de conhecer a cultura [...]". Em sua narrativa aponta as limitações da sua formação que não possibilitou "[...] formação específica, eu acredito que é interessante a gente pensar nisso, em relação ao ensino. Como, no ensino e aprendizagem, o

aluno vai ter essas habilidades que necessitam? Algo bem mais específico", (Prof-9).

No contexto vivido pela unidade escolar, a diversidade cultural é materializada pela presença dos sete povos indígenas na escola com os quais os docentes precisam desenvolver a prática pedagógica. Esse é um desafio, pois como afirmam os professores, não viram na formação inicial estudos envolvendo a temática da diversidade e dos povos indígenas. O desafio é a necessidade de as instituições de ensino superior inserir, em seus currículos, o debate sobre as relações étnico-raciais para fortalecer o professor no trabalho com as diferenças culturais na escola, tendo em vista uma educação antirracista.

Uma educação prevista que é expressa nos pressupostos da Lei n.º 11.645/2008, que determina o estudo obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados do país (BRASIL, 2008). Para Nascimento (2019, p. 150): "[...] a inclusão dos conteúdos referentes a essa temática nos currículos das instituições de Educação Básica tem rebatimentos diretos na Educação Superior, principalmente nos cursos destinados à formação de professores", principalmente nas licenciaturas é fundamental abordar as questões étnico-raciais com propriedade para que os professores possam desenvolvê-la com competência na sala de aula.

Essa lacuna da Lei n.º 11.645/2008, é apresentada pelos professores, quando afirmam nunca ter ouvido falar e quer saber do que se trata. Como afirma Nascimento (2019, p.142): "As informações sobre a história e as culturas dos povos indígenas nas escolas são inexistentes, escassas ou insuficientes e desatualizadas, refletindo o lugar atribuído aos povos indígenas no projeto de Nação que vinha sendo promovido nas escolas".

Assim a proposta de formação continuada que defendemos, a partir da das entrevistas concedidas pelos professores, aponta para a compreensão sustentada pela premissa da perspectiva da interculturalidade crítica (WALSH, 2009), que mostra a necessidade de ser assumida como um projeto que procura intervir na matriz colonial, refletindo a questão do poder e de seu padrão de racialização, que tem caracterizado, em função disso, a construção da diferença, por meio da invisibilização dos estudantes indígenas no currículo e na prática pedagógica escolar.

Considerações finais

Consideramos, a partir deste estudo, que a formação continuada de professores necessária para a visibilização da presença dos diferentes estudantes indígenas na escola urbana, passa pela problematização da realidade, com o propósito de desvelar os conflitos vividos no contexto escolar entre professores e estudantes indígenas, marcados pela complexa fronteira entre as diferentes epistemologias e culturas, o que implica aprender com os povos indígenas e olhá-los como protagonistas na construção de possibilidades para a educação intercultural crítica e propor outras práticas pedagógicas que superem as restrições

preconceituosas em relação às culturas indígenas, consideradas exóticas e inferiores, para qualificar e valorizar a diferença como potencialidade de aprendizagens humanizadoras.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, v. 6, p. 51–62, 2007.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. *In: Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 11–31.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. A lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. *In: SESC. Departamento Nacional. Culturas indígenas, diversidade e educação*, Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2009.